

TV PÚBLICA: a desconstrução continuada¹

Liana Milanez²

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo

Este artigo se propõe fazer um breve percurso pela história da TV pública brasileira com ênfase para sua suscetibilidade às mudanças de gestão e as consequentes discontinuidades provocadas pelo vínculo dessas emissoras com os governos. Além do Brasil são abordados momentos da história da TV Nacional da Colômbia - Señal, que possui propósitos similares mas com caminhos distintos da TV Brasil e ainda problemas vividos pela BBC, considerada modelo desde sempre. Retomo questões debatidas durante o encontro *Em busca do modelo de Tevé Pública*³, realizado no Memorial da América Latina em 2012.

Palavras chaves: TV pública, televisão educativa e cultural, TVE Brasil, TV Brasil, BBC, TV Cultura, TV Nacional da Colômbia - Señal Colômbia.

Introdução

O objetivo deste trabalho é examinar, sob uma perspectiva histórica, os processos de mudanças e as consequentes discontinuidades que viveram as emissoras públicas brasileiras, provocadas pelas substituições de gestores, estreitamente vinculadas às trocas de governo. Essas emissoras, hoje consideradas públicas, que no passado foram nomeadas como televisões educativas ainda não alcançaram o ideal, embora se perceba um esforço em busca de uma emissora independente e autônoma.

Parto de observações colhidas no exercício profissional aliadas à bibliografia que me acompanha desde o Mestrado quando me dediquei ao tema que resultou na dissertação *Produção de sentidos na TV Pública: perfil de uma experiência*, defendida em 2005 pela ECA/USP. E, também, do resultado de pesquisas desenvolvidas para os livros *Rádio MEC – Herança de um sonho* e *TVE Brasil - Cenas de uma história*, lançados em 2007.

Na sequência, resgato um contato feito em 2006 com o Prof. Dr. Louk de La Rive Box, atualmente reitor do Instituto Internacional de Estudos Sociais, em Haia, na Holanda,

¹ Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda pelo PROLAM/USP

³ Este foi o Terceiro Encontro -2012 do Foro Permanente de Reflexão sobre a América Latina, realizado no Memorial da América Latina, em 27/11/2012, sob coordenação da Profa. Dra. Cremilda Medina. Foram painelistas esta autora, a jornalista, pesquisadora e doutora pelo Prolam, Teresa Otondo, e Pedro Ortiz também mestre e doutor pelo Prolam/USP, ambos conhecedores em profundidade da situação latino-americana das emissoras públicas.

que realizou a pesquisa para sua tese doutorado pela Universidade de Columbia, no Brasil. Ele estudou as organizações de educação à distância no Brasil e já naquela época constatou os desmandos e ingerências governamentais.

Este artigo se propõe a discutir aspectos da gestão e governança das emissoras públicas, pelo viés das indicações de seus gestores e do ponto de vista de suas histórias, sem a pretensão de exauri-lo. É um tema que vem merecendo a atenção de estudiosos da TV pública. O assunto é complexo e será tratado detalhadamente em minha pesquisa para a tese de Doutorado pelo PROLAM/USP – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, da Universidade de São Paulo.

Gestões submissas à conjugação “eu pago eu mando”

Início este trabalho trazendo um trecho do livro de Daniel Innerarity inspirador para a reflexão

A esperança de resolver os problemas de pilotagem das sociedades complexas baseia-se em ter-se confundido a condução de grupos e de veículos com o governo do que não é um grupo nem um veículo. (INNERARITY, 2002, 24)

E a partir deste trecho, afirmo que as emissoras hoje tratadas como “públicas” - e que já foram chamadas de “educativas” e “educativas e culturais” - padecem de um mal que persiste desde seus primórdios: o da descontinuidade. São as trocas de gestores, de políticas de programação e de formas de gestão. São sucessivamente novos dirigentes que chegam com sua equipe para ocupar os assim chamados “cargos de confiança”, um eufemismo para cargos de governo. Implantam, cada um desses grupos, uma espécie de “estilo” ou de “visão” de programação, muito mais atentos à gestão e ao serviço governamental do que à preocupação social como instituições públicas.

Numa espécie de ciclo recorrente, esta substituição de equipes governamentais tende a responder quase de forma imediata a interesses de governo em detrimento aos interesse de Estado. As consequências desse, digamos assim, assalto governamental ao Estado, são percebidas na programação e na desestruturação do quadro funcional permanente do

aparato de Estado (ou os “estabelecidos”, invertendo o conceito de Norbert Elias e John Scotson⁴).

Mesmo com estas características, e das agudas críticas da mídia, das entidades de classe e de organizações da sociedade civil e dos baixos índices de audiência não só é preciso reconhecer que essas instituições têm sobrevivido, como oscilam em termos de qualidade e de atenção por parte dos dirigentes governamentais. Ou seja, apesar de todos os *policies* – conselhos curadores e deliberativos, manuais de conduta, códigos de ética, regimentos internos e leis – tratam-se, em sua maioria, de empresas de governo e não de Estado, a exemplo de outras estatais brasileiras. Mesmo os conselhos, cujos “membros deveriam representar os interesses da comunidade junto às agências governamentais” e preservar as características de interesse estatal das instituições, (MIOLA, Edna, 2009) podem ser, e geralmente o são, “contaminados” ao terem seus nomes indicados pelo próprio governo. Para Laurindo Leal Filho (1997, p. 20), por exemplo, “a autonomia absoluta das emissoras em relação aos governos não existe. O que varia é o grau de interferência. De modo geral são dirigidas por conselhos diretores, um modelo adotado inicialmente pela BBC, na Grã Bretanha, e que se tornou exemplo para outros países, como Itália e Alemanha (além de Austrália, Japão, Nova Zelândia e o estado de São Paulo, no Brasil, como a Fundação Padre Anchieta”. No entanto, ressalva o estudioso, a forma de escolha dos membros dos conselhos e o tipo de financiamento que elas recebem é que acaba por determinar a influência do governo sobre as emissoras.

Recordo aqui manifestação de Beth Carmona quando ainda presidente da extinta TVE Brasil (2003-2007) no primeiro mandato do presidente Lula, durante as discussões preparativas para do I Fórum Nacional de TV’s Públicas em 2007⁵: “Mesmo sofrendo a descontinuidade de gestão, as interferências políticas, a falta de investimento tecnológico e em pessoal, a síndrome da baixa estima, a pouca audiência, a falta de recursos de produção, a concorrência dos conteúdos de apelo fácil, - (a TV pública) vive e sobrevive.”

⁴ ELIAS, Norbert. , SCOTSON, JOHN. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2000. Os autores observaram as relações existentes em uma pequena comunidade da periferia, na Inglaterra, que apontava um clara divisão entre um grupo “estabelecido” desde longa data, e outro mais novo de residentes, cujos moradores eram tratados como “outsiders”. A única diferença entre os dois grupos era o tempo de residência no lugar, mas os primeiros, ao se acharem superiores, exerciam o poder, reservando para as pessoas de seu tipo os cargos importantes das organizações locais. Usei as classificações dos autores, invertendo as posições, para designar os cargos de confiança, como os outsiders, que chegam às emissoras com o poder de decisão, enquanto os estabelecidos, os funcionários permanentes, submetem-se às decisões dos primeiros, muitas vezes alijados da rotina de atividades a que estiveram envolvidos em períodos anteriores.

⁵ CARMONA, Beth. A Marca da TV Pública. In I Fórum Nacional de TV’s Públicas. Diagnóstico do Campo Público de Televisão. Brasília. Ministério da Cultura, 2006 (Caderno de Debates)

Essas situações de “descontinuidades e ingerências” vêm desde as primeiras experiências com o que se chama hoje de educação a distância. A tele-educação -, o embrião das TVs educativas no Brasil, conforme observação do pesquisador e professor norte-americano Louk de la Rive Box. Box viveu no Brasil entre agosto de 1969 e agosto de 1970, onde fez a pesquisa para sua tese - *Organization of Educational Broadcasting in Brazil* - defendida, em 1973, na Universidade de Columbia⁶. Nela, o pesquisador constatou as descontinuidades vividas pelos veículos dedicados à tele-educação em decorrência dos revezes da política, em especial no período da Ditadura, que ele testemunhou diretamente. Quando o informei em maio de 2006, em uma troca de emails quando eu estava na fase inicial da pesquisa para a elaboração dos livros sobre a *Rádio MEC - Herança de um sonho*, e *TVE - Cenas de uma história* e ele era então reitor do *International Institute of Social Studies*, com sede na Holanda, sua acertiva foi direta: disse que se passava com a TVE o mesmo que havia acontecido nas primeiras décadas do século XX com o rádio, um projeto inicialmente também voltado à educação.

O rádio – a primeira “emissora pública”

O Brasil estava entre os primeiros do mundo nas experiências com o rádio nos anos 1920, tendo à frente o antropólogo e cientista Edgard Roquette-Pinto, que comandou o processo de criação da Rádio Sociedade. Louk Box lembra o episódio ocorrido em 1936, quando da doação da Rádio Sociedade mantida desde sua fundação em 1923 por um grupo de sócios da Academia Brasileira de Ciências. A intenção era doar a emissora ao Ministério da Educação e Saúde, no governo Getúlio Vargas, para que continuasse a serviço da educação. Em carta encaminhada ao ministro Gustavo Capanema, Roquette consultava se o Ministério aceitaria a rádio, com todos os equipamentos e acervo e com uma única condição: que permanecesse fiel ao seu lema cultural e educativo, sem qualquer vinculação comercial, política ou religiosa. (MILANEZ, 2007, p. 14)

Capanema respondeu que o presidente Getúlio Vargas aceitava e agradecia, mas sugeria que a supervisão fosse feita pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DIP). Ao ler a mensagem, Roquette respondeu destacando que a doação seria feita “ao Ministério da Educação do povo, não ao governo”. O ministro Capanema retornou com a garantia de que o Ministério aceitava a doação, sem discussões, nos termos em que fora

proposta. Roquette parecia saber perfeitamente que o DIP se tornaria o órgão de controle máximo da imprensa e da propaganda pelo Estado Novo⁷.

Este acordo entre Capanema e Roquette foi a salvaguarda que garantiu, durante algum tempo, a integridade da rádio, que passou a se chamar Rádio Ministério da Educação, mais tarde Rádio MEC. Um acordo que impediria por longos anos as diversas tentativas de órgãos governamentais se apoderarem da emissora para fins diversos. Em 1988, entretanto, sob a presidência de José Sarney, a instituição à qual a rádio estava então vinculada juntamente com a TVE, a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa - Funtevê, passou a integrar o Sistema de Comunicação da Administração Federal, ligado ao Gabinete Civil da Presidência da República. A mudança contrariava os desejos dos criadores tanto da Rádio MEC, Roquette-Pinto, quanto da TVE, Gilson Amado. Um ano depois, em 1989, a Funtevê voltou ao Ministério da Educação e Cultura, onde não ficaria por muito tempo. Com novo nome - Fundação Roquette-Pinto (FRP) -, em 1995, e já no governo Fernando Henrique Cardoso, a FRP passou a integrar a Secretaria de Estado de Comunicação, SECOM.

Na mesma gestão, em 1997, a Fundação Roquette-Pinto foi substituída por uma Organização Social (OS), a Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (ACERP). Em 2007, dez anos depois, com a criação da Empresa Brasil de Comunicação, pelo Decreto 6.246/2007 (outorgado posteriormente pela Lei 11652/2008), a ACERP⁸ passou a ser uma espécie de fornecedora de programação com a disponibilização de seu quadro funcional, situação que se manteria por um período determinado, até a incorporação, pela EBC, de todos os veículos federais e realização de concurso público para preenchimento de todos os cargos⁹. Esse processo se prolongou até 2013, quando a EBC encerrou o contrato de gestão com a ACERP¹⁰. Os profissionais que vinham trabalhando até então na TV Brasil, oriundos da TVE Brasil e rádios MEC, foram todos dispensados. Muitos já com algumas décadas de dedicação àquelas emissoras.

⁷ CASTRO, Ruy. Roquette-Pinto: o homem multidão. In MILANEZ, Liana Rádio MEC: Herança de um sonho. ACERP, Rio de Janeiro, 2007

⁸ Como Organização Social, a ACERP mantinha seu contrato de gestão com a SECOM. Com a criação da EBC, esses contratos passam a ser feitos com essa empresa.

⁹ Contrato de Gestão nº 17 celebrado entre a EBC e a ACERP em março de 2009. Disponível em http://www.ebc.com.br/acessoainformacao/wordpress/wp-content/uploads/2012/04/Contrato_0182_2009_acerp.pdf. Acesso em: 02/01/2015.

¹⁰ Portaria-Presidente nº 229 A - Projeto de Absorção das Atividades da ACERP pela EBC – 15/04/2013. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/acessoainformacao/wordpress/wp-content/uploads/2013/03/PORTARIA-PRESI-N%C2%BA-229-A-PROJETO-DE-ABSOR%C3%87%C3%83O-DAS-ATIVIDADES-DA-ACERP-PELA-EBC.pdf>. Acesso em: 02/01/2015.

A interrupção de um projeto que daria a primeira TV educativa ao Brasil

Na troca de emails à qual me referi anteriormente e que teve lugar ainda em 2006, o professor Louk Box lembrou um outro acontecimento que também teve a marca da descontinuidade. Desta vez, impedindo o nascimento do primeiro canal de televisão voltado à educação no País: a tentativa frustrada do pioneiro do Rádio no Brasil, Edgard Roquette-Pinto, de implantar uma Televisão Educativa em 1952. Devido a mudanças de ordem política, a saída traumática do prefeito do Distrito Federal João Carlos Vital, que apoiava a implantação da Televisão Educativa, e a entrada do cel. Dulcídio Cardoso, contrário à ideia, o projeto foi interrompido quando já estava com equipamentos dos Estados Unidos encomendados e pagos, e todo o planejamento concluído.¹¹ Como consequência, a implantação de uma televisão educativa brasileira “perdeu duas décadas”. O canal 2, do Rio de Janeiro, só seria ocupado como um canal educativo em 1973, conforme o Decreto nº 72.634, de 16 de agosto daquele ano, que “outorgou à Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (FCBTVE), que já atuava na produção de programas educativos, a concessão para o estabelecimento de estação de radiodifusão de sons e imagens”.¹² (MILANEZ, 2007, p. 27)

Efemeridade de gestores

A pesquisa para a elaboração dos livros sobre as histórias da Rádio MEC e TVE Brasil fizeram vir à tona fatos que evidenciam as descontinuidades no percurso dessas emissoras, congêneres das demais geridas pelos governos estaduais. As mudanças começaram pelo nome da instituição. Nascida como Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa - FCBTVE (1967-1981), passou a chamar-se Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa – FUNTEVE (1981 – 1990), depois Fundação Roquette-Pinto – FRP (1990-1997) e, por último, Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto - ACERP – (1997-2007). As emissoras TVE Brasil, Rádios MEC e TVE Maranhão, geridas por essa sequência de instituições foram incorporadas pela EBC em 2007. Desta vez mudaria também o nome da emissora carro chefe - a TVE Brasil que tinha ganho o complemento Brasil para distingui-la da TVE espanhola, passou a ser chamada de TV Brasil.

Em um período de 19 anos, depois da morte do fundador da FCBTVE, Gilson Amado, passaram pela instituição 16 presidentes. As mudanças eram tantas, que em pouco mais de um ano, entre julho de 1989 e outubro de 1991, o acento de presidente da Fundação

¹¹ MILANEZ, Liana. TVE Brasil – cenas de uma história. ACERP, Rio de Janeiro, 2007, p.23-27.

¹² Ibid. p. 35.

teve três ocupantes. As mudanças não se restringiam às trocas de governo. Depois de Gilson Amado, que permaneceu à frente da Fundação por um período de 11 anos (1967-1981), a gestão mais duradoura, que cumpriu um ciclo de quatro anos, foi a de Beth Carmona (2003-2007), durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, permanecendo até a criação da Empresa Brasil de Comunicação. Assumiu como primeira presidente da EBC a jornalista Tereza Cruvinel, escolhida pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O mandato de quatro anos da jornalista terminou em 31 de outubro de 2011. Foi substituída pelo jornalista Nelson Breve, que tomou posse em 1º de novembro de 2011. Já agora, com a continuidade do mesmo partido no Governo, os mandatos de presidente da organização estão fechando os ciclos de quatro anos.

Hoje, com as discussões e fóruns que resultaram na criação da EBC, com seu conselho curador e todos os *policies*, esta instituição mantém ainda a marca de ser uma empresa de governo, não de Estado. Financiada majoritariamente pelo Governo Federal, é o presidente da República quem nomeia seu dirigente, assim como, alguns cargos de confiança passam pelo crivo de partidos políticos da base de apoio ao governo, diretamente ou indiretamente. E não são poucos esses cargos.

Traumas internos

A implantação da EBC foi percebida internamente nas instituições que seriam absorvidas - a antiga TVE, a agência Brasil, Rádio Nacional, Rádios MEC e os serviços oficiais da Radiobrás - como um momento de conflito e instabilidade. Nos primeiros tempos (2007), assumiram a turma da cultura (ligada ao Ministério da Cultura) e a turma da Secom¹³. Esses dois grupos partilharam os altos cargos da nova empresa. Em sua chegada, as duas turmas eram conhecidas internamente como a dos jornalistas, ligadas à presidente, Tereza Cruvinel, e ao ministro chefe da SECOM, Franklin Martins, e a dos cineastas, próximas ao ex-secretário do Audiovisual e então diretor-geral, Orlando Senna.

Mais mudanças aconteceriam meses depois, com a saída de alguns diretores (diretor Geral, diretor de Rede e Relacionamento, diretor de Programação e Conteúdos e diretor Administrativo). Três desses diretores eram vinculados ao Ministério da Cultura, que participaram intensamente das discussões para a criação de uma nova televisão pública no País, muito antes da elaboração dos documentos prévios que antecederam o I Fórum Nacional de TV's Públicas, que se realizou entre 26 e 28 de maio de 2007, em Brasília.

¹³ SOUZA, Ana Paula. SANCHES, Pedro Alexandre. Do Estado ou do Governo. In Revista Carta Capital, São Paulo, Edição 14/05/2008

Entre eles, Orlando Senna, que deixou a diretoria-geral da EBC, defendia desde 2003, quando ainda ocupava o cargo de secretário do Audiovisual do MINC, que essa televisão pública “democrática e participativa” deveria ficar vinculada ao Ministério da Cultura. Com ele concordavam as organizações e representantes da sociedade civil que participaram do I Fórum Nacional de TV’s Públicas, em maio de 2007.¹⁴

As mudanças não ficaram só restritas à diretoria. Em pouco mais de um ano abandonaram o Conselho Curador seis conselheiros, de um total de 15, entre eles seu presidente, o economista Luiz Gonzaga Beluzo. Os 15 representantes da sociedade civil do primeiro Conselho Curador haviam sido escolhidos pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. As mudanças nos primeiros dois anos da EBC atingiram também alguns cargos de gerência, trazidos durante a implantação da empresa.

Enfim, os recursos

A TV Brasil, que integra a EBC foi lançada em 2007, com um orçamento de R\$ 350 milhões. Cinco anos depois a instituição já tinha consumido “mais de R\$ 2 bilhões em investimentos públicos”, segundo informações do jornal Folha de S. Paulo (edição de 02/12/2012, p. E 9). Conforme a reportagem, o volume de recursos não teria sido suficiente “para fazer o canal ganhar público e ir além do traço (zero ponto) na média diária de audiência. (Ibid). Ouvido pelo jornal, o diretor-presidente da EBC, Nelson Breve, afirmou que o momento era de planejar, “melhorar a qualidade do sinal e aperfeiçoar nosso conteúdo com base em pesquisas”. O presidente admitiu que era preciso aumentar a audiência, “hoje muito baixa, e investir em divulgação”.

Sete anos depois, o orçamento da EBC supera os R\$ 480 milhões¹⁵. Conforme Relatório de Auditoria¹⁶, trabalham na empresa mais de 2.600 colaboradores (dados de 2013). Além destes, a programação conta com produções independentes. A empresa ampliou suas frentes de atuação, mantendo as sete rádios, a TV Brasil, a Agência Brasil, e, agora, a TV Brasil Internacional. As críticas, no entanto, continuam. Em artigo publicado em O Globo (06/12/2014), Nelson Hoineff, jornalista, produtor, diretor de televisão e presidente do Instituto de Estudos de Televisão (IETV) escreveu: “A TV Brasil não construiu um conceito, um modelo de pensamento, uma programação. A TV pública, que

¹⁴ OTONDO, Teresa Montero. Televisão Pública – Para quem e para quê?.

¹⁵ Dados atualizados até 31/10/2014. Disponível em <http://www.ebc.com.br/aceessoinformacao/despesas/execucao-orientada/> Acesso em: 22/12/2014

¹⁶ Disponível em http://www.ebc.com.br/sites/default/files/relatorio_de_auditoria_n-16-2014.pdf. Pag. 5. Acesso em: 22/12/2014

deveria ser a locomotiva da experimentação, ousa menos que a comercial. Essa empresa consumiu até agora cerca de R\$ 4,5 bilhões de dinheiro público”. (Ibid. OG,2014)

Examinando-se sob a perspectiva de que a TV pública não deve se submeter nem ao governo nem ao mercado, num percurso histórico observam-se algumas tentativas. No entanto, isso parece estar longe no caso do Brasil. Em artigo publicado pelo O Estado de S. Paulo (22/09/2011, p.2), Eugenio Bucci lembra que a EBC é uma estatal como tantas outras, “não é, na forma da lei, o que as democracias aprenderam a chamar de emissora pública”. Ele explica: “Nas emissoras públicas o executivo-chefe é escolhido por um conselho de representantes da sociedade. Nas estatais, quem escolhe o diretor é o governante da vez”. A EBC, segundo Bucci, “está legalmente subordinada a uma autoridade que lhe é externa, e essa autoridade, a Secom¹⁷, tem por missão cuidar da imagem do governo federal”.

Um estudo que resultou nos *Indicadores de Qualidade nas Emissoras Públicas – uma avaliação contemporânea*¹⁸ elaborado por três especialistas no tema – Eugênio Bucci, Marco Chiaretti e Ana Maria Fiorini – traça as linhas divisórias entre TV pública e TV estatal, com amplo panorama internacional. O estudo aborda a questão da autonomia e independência, com posição similar à defendida neste artigo, como reproduzo abaixo:

Um dos centros deste debate se localiza na noção de independência, ou mais precisamente, de autonomia dessas emissoras em relação ao Estado e, de modo mais específico, aos governos. Emissoras públicas só são públicas quando são de fato independentes.

Bucci, Chiaretti e Fiorini fazem uma ressalva importante: “Essas emissoras também precisam ser independentes em relação ao mercado”. E, segundo eles, as razões são claras, pois em se tratando de emissoras públicas, “a qualidade da comunicação e da programação é gerada também pela prática da independência – política, administrativa e editorial”. Bom exemplo de emissora com essas características é a BBC, financiada pelos seus expectadores e ouvintes mediante uma taxa anual. “Emissoras submissas ao poder ou ao mercado não geram programações públicas de qualidade (...) programações com um olhar crítico, distanciado, do poder e do próprio mercado”. (BUCCI; CHIARETTI; e FIORINI, 2012, p13).

E vão mais longe: “A emissora pública não deve prestar qualquer forma de contrapartida política ao recebimento de recursos dos poderes públicos. Para que fique bem claro: na emissora pública, a gestão cotidiana *não* está subordinada a autoridades de um dos três

¹⁷ Secretaria da Comunicação Social da Presidência da República

¹⁸ Editado pela Unesco, em junho de 2012, o estudo integra a Série Debates CI (Comunicação e Informação), n. 10.

poderes da República; e sua programação *não* sofre limites oriundos de uma autoridade externa”. (Ibid, p.23)

No Brasil, constatam-se algumas tentativas. A TV Cultura de São Paulo é um bom exemplo. Criada em 1967 “como uma entidade de direito privado, sem finalidade de lucro, financiada pelo governo do Estado de São Paulo, mas constituída como uma instituição autônoma e independente, atributos garantidos pela legislação que a criou” (OTONDO, 2012), chegou a aproximar-se desse modelo, mas também sofreu ao longo de sua história situações de conflito e dificuldades para se consolidar como uma emissora independente, autônoma capaz de preservar sua principal característica como produtora de sentido em favor da cidadania, da pluralidade e da identidade nacional. Segundo Laurindo Leal Filho (1988, p.29), as crises da TV Cultura têm suas origens na própria gênese da emissora. “Da sua compra pelo Estado, cercada de desconfianças, passamos pelo projeto elitista de levar erudição ao “povo inculto” e de, ao mesmo tempo, atender às elites com programas de “bom gosto” chegamos à constatação da existência de visões divergentes entre direção e produção, introduzindo a ideia da presença do conflito interior de um meio de comunicação que se pretendia homogêneo”.

Passados mais de 20 anos da avaliação de Leal Filho (em 1988), observamos que a TV Cultura viveu momentos promissores, mas lamentavelmente não teve o projeto consolidado. Para Beth Carmona, diretora da emissora que protagonizou um desses momentos nos anos 1990, a TV Cultura “praticou efetivamente o conceito de TV pública, deixando de lado o modelo professoral didático”. Esse foi um momento decisivo, segundo a ex-diretora, não só pelo financiamento da TV pelo Governo do Estado de São Paulo, como também pela parceria com a iniciativa privada num sistema de incentivo cultural. Aliado a isso, Beth enumera “a dedicação, a consciência e o talento de uma equipe apaixonada” que garantiram a “marcante e duradora experiência da TV infantil nacional, como os programas *Rá-Tim-Bum*, *Mundo da Lua*, *Cocoricó*, *X-Tudo*, entre outros. Na grade de programação estava uma combinação de programas produzidos no Brasil, com outros selecionados em países como Alemanha, Inglaterra, Países do Leste Europeu, Estados Unidos, Austrália, transmitidos em horários estratégicos.

E neste novo século voltamos a testemunhar conflitos na mudança de gestão, como a ocorrida na troca de presidentes da TV Cultura, em 2007, com a saída de Marcos Mendonça, e a entrada de Paulo Markun. Este também não ficaria muito tempo. Foi substituído pelo economista João Sayad, que fora secretário de Estado da Cultura,

formulador do convite para que Markun se candidatasse ao cargo. Pouco depois de deixar a presidência, Markun concedeu entrevista para Folha de S. Paulo¹⁹, onde manifestou: “Aquilo é um abacaxi, um trabalho para super-homem. Não estão nas mãos do presidente as mudanças. Dependem de um acordo entre sociedade, governo, mercado”. (FSP, 25/07/2012). Nessa passagem pela presidência da emissora onde já havia trabalhado “em meados de 1970, anos de chumbo”, Markun confirmou a falta de autonomia e independência: “É um dilema histórico. Qualquer governo encara a Cultura como um item do orçamento. Se não tem vantagens políticas, para que mantê-la? Esse sempre foi o raciocínio predominante”. (Ibid. FSP)

O grande problema é que as mudanças não ficam restritas aos cargos da cúpula. Alcançam áreas estratégicas na produção, interferem na programação e perdem-se talentos formados internamente com a visão de que uma televisão educativa é um serviço público voltado ao cidadão e não ao consumidor. Conforme os estatutos da TVC de São Paulo, a mudança do cargo de presidente não é coincidente com a mudança do ocupante do cargo de governador. Mas isso não impede, nem jamais impediu, as ingerências, de “caráter político”. (LEAL FILHO, 1988, p.60), mesmo contando com um Conselho Curador como “principal barreira institucional às investidas do Estado e da iniciativa privada sobre as emissoras” (LEAL FILHO, 2003. p.159), já que, segundo Laurindo leal Filho, “nessa tarefa, o Conselho tem como instrumento legal o fato de a Fundação ser uma instituição pública de direito privado, o que impede a ingerência em sua gestão. Entretanto, são várias as limitações do Conselho, inclusive o fato de existirem nele cadeiras vitalícias e de haver presença excessiva de representantes de órgãos públicos e municipais”. (Ibid, p. 160)

O desabafo de Paulo Markun foi dirigido também ao Conselho. De acordo com a reportagem da FSP, o presidente precisa cortejar os 47 membros do Conselho Curador, “assembleia que discute os rumos da administração”. Segundo o jornalista, “o Conselho é composto por gente boa e tem sua importância, mas as reuniões se perdiam em discussões bizantinas, pouco conectadas com a realidade, pois a maioria não tem intimidade com o veículo e a instituição”. (FSP, 25/07/2012) Marcos Mendonça voltaria para seu segundo mandato como diretor-presidente da Fundação Padre Anchieta, mantenedora da TV Cultura, TV Rá Tim Bum!, Univesp TV, Multicultura e das rádios Cultura (FM) e Cultura Brasil (AM), em 17 de junho de 2013, para mais um mandato de três anos. Sua gestão, se nada ocorrer no caminho, como se testemunhou em alguns momentos, vai até 2016.

¹⁹ Entrevista para Morris Kachani, do caderno Serafina, 25/07/2012

Essas movimentações, essas idas e vindas, mandos e desmandos, também foram observados por Carolina Matos²⁰, em um longo estudo que resultou no livro *Mídia e Política na América Latina - globalização, democracia e identidade*. Matos ouviu profissionais que passaram por essas emissoras, como Tereza Cruvinel e Eugenio Bucci, que admitiram: “a autonomia e a independência total do governo são uma tarefa difícil para essas emissoras, pois são vistas como ainda estando sujeitas aos constrangimentos políticos. (MATOS, 2013, p.228) Para a autora, “alguns dos desafios principais pelos quais passam as emissoras de televisão pública como a TV Cultura e a TV Brasil dizem respeito principalmente à falta de independência editorial, uma consequência do impacto da influência política que existe em ambas as emissoras”. (Ibid, p.229)

Crise até na BBC

A pioneira BBC, sempre foi a referência quando se fala em televisão pública, também enfrentou momentos de crise que forçaram mudanças em seu comando. A última aconteceu em novembro de 2012, que resultou na saída do diretor-geral. Nesse caso, sem ligações com questões da política. Foram dois escândalos de caráter jornalístico em menos de um mês.²¹ A reação foi instantânea. O presidente da Fundação BBC, órgão independente responsável pela orientação estratégica da emissora britânica, Chris Patten, afirmou na oportunidade que a rede passaria “por uma reestruturação para assegurar sua credibilidade”²². Dez dias depois, foi efetivada a troca de comando. O escolhido (pela Fundação) para ocupar a direção-geral foi Tony Hall, que ocupava o cargo de executivo-chefe da Royal Opera House. Hall trabalhou na emissora durante 28 anos, tendo exercido a chefia do departamento de jornalismo entre 1996 e 2001. A escolha foi estratégica, considerando-se que a origem do conflito foi na área jornalística, e Hall, pelo tempo de trabalho na instituição, é conhecedor dos códigos de ética e da missão da emissora. Essa foi a resposta da Fundação para garantir a credibilidade cultivada ao longo de sua história.²³

²⁰ PhD em Mídia e Comunicação na Política na Goldsmiths College, docente em tempo parcial no Government Department da Essex University.

²¹ A veiculação de uma reportagem em que um homem afirmava ter sofrido abuso, quando criança, de um político. A emissora não revelou o nome, mas informações que circularam pela internet apontaram o ex-integrante da Casa dos Lordes Alistair McAlpine, que negou envolvimento. O acusador acabou se retratando e restou ao diretor geral, George Entwistle, pedir desculpas reconhecendo que a reportagem não deveria ter sido exibida. Um mês antes, em outubro, vieram à tona acusações de que o apresentador Jimmy Savile, morto em 2011, abusou de crianças durante 40 anos. Dois escândalos envolvendo pedofilia num curto espaço de tempo.

²² Fundação BBC diz que emissora vai mudar. Em Folha de S. Paulo, 12/11/2012. p. A18.

²³ Conforme Tereza Otondo a origem das crises nessas instituições sempre nascem dentro do Jornalismo, apesar dos princípios editoriais que regem a BBC, exemplares e inspiradores para o modelo brasileiro.

Na América Latina, as TVs públicas estão presentes em vários países, entre eles Argentina, Bolívia, Chile e Colômbia. Trago breve histórico da TV Nacional da Colômbia, criada durante um governo militar, que sofreu descontinuidade na sua primeira gestão. Inaugurada em 13 de junho de 1954, no governo do general Gustavo Rojas Pinilla, que assumira a presidência da República mediante um golpe de estado. Ele governou o país de 13/06/1953 a 10/05/1957. Rojas conheceu a televisão em uma viagem à Alemanha, de onde trouxe a ideia de implantar uma TV como projeto de seu governo. Para a execução convidou Fernando Gómez Agudelo. A implantação surpreendeu pela rapidez – um ano entre o convite a Gómez Agudelo e a inauguração, incluindo desenvolvimento do projeto, encomenda de equipamentos e contratação de mão de obra. Como a Colômbia não possuía profissionais qualificados foram contratados cubanos desempregados de um canal que havia “quebrado”. (El Tiempo, 21/08/2014). Com a queda do presidente Rojas, Fernando Gomez Agudelo deixou a direção da emissora, menos de três anos depois de sua inauguração.

A Televisão colombiana também passou por um processo de reestruturação. Como no Brasil, em que as emissoras mantidas pelo Governo Federal foram incorporadas à EBC, na Colômbia o processo foi similar, mas aconteceu três anos antes. Criada em 2004, a Radio Televisión Nacional de Colombia – RTVC passou a gerir os canais públicos de rádio e televisão, entre eles, a cinquentona na época Televisión Nacional - Señal Colombia, Canal Institucional e Canal 1 (emissão unicamente) – e as emissoras de Radio Pública Nacional - Radio Nacional de Colombia e Radiónica. Os caminhos ou descaminhos desta emissora pública serão investigados no decorrer da pesquisa para a Tese de doutorado.

Também eu fui protagonista da descontinuidade ao pedir exoneração do cargo de presidente da Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão (FCPRTV), uma fundação pública de direito privado, vinculada ao governo do estado do Rio Grande do Sul. No final de 2002, recebi um convite para assumir a presidência da FCPRTV, mantenedora da TVE-RS. O projeto, como tantos outros iniciados em emissoras públicas, foi interrompido. Um ano e quatro meses depois de assumir, solicitei minha exoneração. Nos aproximávamos de um período eleitoral, a Secretaria de Comunicações foi extinta e a FCPRTV passou a responder diretamente à Coordenadoria de Comunicação Social, vinculada ao Gabinete Civil do Governador. As interferências políticas seriam inevitáveis.

Conclusão

Não foi objetivo deste texto tratar do modelo de televisão de serviço público, como o fez detalhadamente Teresa Montero Otondo em *Televisão Pública - para quem e para*

quê?. Tampouco se tratou das questões envolvendo as formas de financiamento dessas organizações. Este debate sobre o modelo que se iniciou ainda no final do século XX, se intensificou nos últimos tempos envolvendo representantes dos vários canais educativos e culturais, universitários, legislativos, comunitários, bem antes da realização do I Fórum Nacional de TV's Públicas, em 2007, e que deu origem à Empresa Brasil de Comunicação.

Passaram-se sete anos da criação da EBC e a televisão chamada “pública” no seu sentido mais complexo, “a que privilegia o caráter público desse meio para superar a sua visão comercial e ganhar sua densidade como cidadã; a que nos relata como nos tornamos coletivo social” (RINCÓN, Omar, 2002, 28)²⁴ ainda não chegou. Reconhecemos as tentativas, e a TV Brasil/EBC busca se aproximar desse modelo proposto por Rincón.

O que se espera é que a EBC, na sua integralidade - canais de televisão, rádio, agência e internet - encontre o verdadeiro caminho e se consolide. Já não é a falta de recursos que assombrou essas instituições ao longo de suas histórias. Hoje há um orçamento definido, uma lei que a regulamenta e um conselho curador. Resta à sociedade cobrar resultados. Resta aos governos, pararem de tomar de assalto as estruturas de Estado.

REFERÊNCIAS

- BUCCI, Eugênio (org.), LALO LEAL FILHO, Laurindo. **A TV aos 50**: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- BUCCI, Eugênio; CHIARETTI, Marco; FIORINI Ana Maria. **Indicadores de Qualidade nas Emissoras Públicas** - Uma avaliação contemporânea. Comunicação e Informação. Série Debates CI nº 10 – Junho 2012. Unesco. Representação no Brasil, 2012.
- CARMONA, Beth. **A Marca da TV Pública**. In: I Fórum Nacional de TV's Públicas. Diagnóstico do Campo Público de Televisão. Brasília: Ministério da Cultura, 2006 (Caderno de Debates)
- CASTRO, Ruy. **Roquette-Pinto: o homem multidão**. In: MILANEZ, Liana. Rádio MEC: Herança de um sonho. Rio de Janeiro: ACERP, 2007.
- ELIAS, Norbert. ; SCOTSON, JOHN. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- INNERARITY, Daniel. **A Transformação da Política**. Lisboa: Teorema, 2002.
- LEAL FILHO, Laurindo Lalo. **A melhor TV do mundo**. O modelo britânico de televisão. São Paulo: Summus Editorial, 1997.
- LEAL FILHO, Laurindo Lalo. **Atrás das câmeras**: Relações entre cultura, Estado e Televisão. 2.ed. São Paulo: Summus Editorial, 1988.
- MATOS, Carolina. **Mídia e política na América Latina** – globalização, democracia e identidade. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2013.
- MILANEZ, Liana. **TVE Brasil – Cenas de uma história**. Rio de Janeiro: ACERP, 2007.

²⁴ RINCÓN, Omar. *A televisão: o mais importante, do menos importante*. Em “Televisão Pública: do consumidor ao cidadão”. Friederich Ebert Stiftung/ILDES, São Paulo, 2002.

OTONDO, Teresa Montero. **Televisão Pública**: para quem e para quê. Annablume, São Paulo: 2012.

RINCÓN, Omar. A televisão: o mais importante, do menos importante. In: **Televisão Pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: Friederich Ebert Stiftung/ILDES, 2002.

Dissertações, teses, periódicos, sites e portais

MILANEZ, Liana. **Produção de Sentidos na TV Pública: Perfil de uma experiência**. Dissertação (Mestrado), Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2005.

MIOLA, Edna. **Rádiodifusão pública e participação deliberativa**. Um estudo das características e dos modos de atuação do Conselho Deliberativo da Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão Piratini. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

BUCCI, Eugênio. TV Brasil: pública, estatal ou governamental? **Folha de São Paulo**. São Paulo, 2 set. 2011, p. 2.

PEREIRA JR., Alberto. Criado por Lula, canal TV Brasil luta contra traço de audiência. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 02 dez. 2012. Ilustrada, p. E 9.

Fundação BBC diz que emissora vai mudar. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 12 nov. 2012, Mundo, p. A18. FOLHA de S. Paulo.

Fundação BBC diz que emissora vai mudar. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 12 nov. 2012, Mundo, p. A18.

BBC nomeia novo diretor para tentar sair de crise. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 nov. 2012. p. A 23.

HOINEFF, Nelson. Da TV Lula à TV Dilma. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 dez. 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/opiniaoda-tv-lula-tv-dilma-14755869>. Acesso em: 15 dez. 2014.

KACHANI, Morris. Águas passadas - Ex-presidente da TV Cultura, Paulo Markun abre a caixa preta de sua gestão na fundação e deixa o verbo rolar. **Folha de S. Paulo**, Caderno Serafina, São Paulo, 25 jul. 2012. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/serafina/sr2507201008.htm>. Acesso em: 23 dez. 2014.

SAMPER, Lucy Nieto de. La verdadera historia de como llegó la televisión a Colombia. **El Tiempo**. Bogotá, 21 ago. 2014. p.18.

SOUZA, Ana Paula; SANCHES, Pedro Alexandre. Do Estado ou do Governo. Carta Capital, São Paulo, 14 maio 2008.

Informações EBC disponíveis em:

<http://www3.transparencia.gov.br/TransparenciaPublica/jsp/execucao/execucaoPorProgGoverno.jsf>
Acesso em: 22 dez.2014

Informações Señal Colombia disponível em:

<http://www.sistemasenalcolombia.gov.co/index.php/informacion-general/quienes-somos.html>